CARTA POR UMA INTERNET ABERTA NO BRASIL

A abertura de uma nova legislatura e de um novo mandato presidencial marca um momento de definição das prioridades e escolhas que orientarão o desenvolvimento digital do Brasil nos próximos anos. Nesse contexto, é fundamental preservar e fortalecer os fundamentos que permitiram à Internet brasileira se consolidar como ambiente de inovação, inclusão, liberdade e desenvolvimento econômico e social.

O Brasil construiu, ao longo das últimas décadas, referências reconhecidas e elogiadas globalmente para o desenvolvimento e a governança da Internet, apoiadas na proteção de direitos, na participação multissetorial, na neutralidade da rede, na promoção da inovação e no respeito à natureza aberta e interoperável da Internet, entre elas o modelo multissetorial do CGI.br, os Princípios para a Governança e Uso da Internet, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados. Esses fundamentos contribuíram para a consolidação de um ecossistema vibrante e permanecem relevantes diante das transformações econômicas, tecnológicas e sociais em curso.

Nesse contexto, é importante preservar uma compreensão clara sobre as especificidades da Internet e sua relação com o setor de telecomunicações. Embora profundamente relacionados e interdependentes, cada um desses ambientes possui dinâmicas econômicas e sociais, funções e marcos legais e normativos próprios. Portanto, a formulação de políticas públicas deve levar em conta essa distinção, permitindo que as normas acompanhem as transformações do ecossistema digital sem comprometer os princípios que orientaram o desenvolvimento da Internet no Brasil e sua natureza global, aberta e interoperável, inclusive quanto à adoção de padrões técnicos comuns e às formas descentralizadas de interconexão e troca de tráfego. Normas que desconsiderem esses fundamentos podem contribuir para a fragmentação da Internet, tanto da perspectiva dos usuários quanto de seu sistema de governança. Preservar essas características exige também ampliar a conectividade e fortalecer a infraestrutura digital do país, reconhecendo as diferentes funções dos atores que compõem esse ecossistema e as especificidades que distinguem a Internet dos serviços de telecomunicações.

Da mesma forma, decisões com impacto sobre o funcionamento e a evolução da Internet devem continuar a ser construídas de forma transparente, multissetorial e orientada por evidências, preservando as condições que permitiram à Internet se consolidar, no Brasil, como espaço de inovação, participação e desenvolvimento econômico e social. Novas normas precisam ser baseadas em evidências concretas que fundamentem sua real necessidade, ser proporcionais, considerando as assimetrias dos atores econômicos e tipos de serviços, e passar por rigorosas avaliações de impacto, inclusive quanto à eventual criação de barreiras indevidas à entrada, à inovação e ao investimento.

A Internet é uma construção coletiva, da qual participam operadoras de telecomunicações, provedores de acesso e trânsito, sistemas autônomos, provedores de aplicações e conteúdos, CDNs, data centers, Pontos de Troca de Tráfego, comunidades técnicas e usuários, com funções distintas e complementares. As políticas públicas devem reconhecer essa diversidade e preservar as condições para que esses atores continuem se conectando, inovando e investindo.

Dessa forma, convocamos os formuladores de políticas públicas a se comprometerem com a preservação das condições que permitiram à Internet se desenvolver como um ambiente aberto, inovador e inclusivo, assegurando que ela continue contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e para o exercício de direitos no Brasil.

nic.br cgi.br | dig.ia | abrint